

# PEDAGOGIA ANCESTRAL E INTERCULTURAL NA LITERATURA DAS MULHERES ORIGINÁRIAS

## ANCESTRAL AND INTERCULTURAL PEDAGOGY IN THE LITERATURE OF INDIGENOUS WOMEN

**Rosangela Célia Faustino**

Doutora em Educação (PPGE/UFSC/SC)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8578533833560165>

Email: [rcaustino@uem.br](mailto:rcaustino@uem.br)

**Danilo Mello Campassi**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8387065596750113>

**Débora Módenes**

Mestre em Ensino (PPIFOR) pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Paranavai

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4632358251665297>

**Delmira de Almeida Peres**

Indígena Ava-Guarani. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UJEM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2079793871036974>

**Resumo:** Nesse texto discutimos aspectos das pedagogias indígenas interculturais a partir das cosmovisões e epistemologias indígenas expressas em obras de literatura escritas por mulheres originárias. Abordamos as resistências e as lutas coletivas dos movimentos sociais indígenas do Brasil, uma vez que esses impulsionam conquistas importantes que contribuíram para o fim da política integracionista que predominou até o final dos anos de 1980. Dentre a mobilização dos povos originários em prol dos direitos fundamentais, destaca-se a atuação das mulheres indígenas, ativistas que, junto aos seus povos, demandaram ações de inclusão social em diferentes esferas sociais. Em decorrência dessas reivindicações indígenas foram criadas legislações específicas e políticas públicas que incentivam o reconhecimento e a valorização das diferentes culturas por meio de programas que fomentam a produção literária desses povos. As autoras e ativistas, desenvolveram uma abordagem literária-pedagógica, que põe em relevo a ancestralidade e o fortalecimento identitário das novas gerações. A literatura das mulheres originárias aborda uma ampla gama de temas com diferentes estilos, experiências estéticas e políticas que advém se suas práticas sociais. Através de uma literatura étnica, as mulheres originárias estão abrindo caminhos para o maior conhecimento e reconhecimento dos povos, suas lutas, culturas, línguas, territorialidades, ancestralidades e direitos.

**Palavras-chave:** Ancestralidade. Mulheres Indígenas. Literatura Infante-Juvenil.

**Abstract:** This paper discusses aspects of intercultural Indigenous pedagogies grounded in the worldviews and epistemologies expressed in literary works authored by Indigenous women. We examine the resistance and collective struggles of Indigenous social movements in Brazil, which have led to significant achievements—most notably, the dismantling of the integrationist policy that dominated until the late 1980s. Among these mobilizations, Indigenous women have played a prominent role as activists advocating, alongside their communities, for social inclusion across various spheres. In response to these demands, specific legislation and public policies have been implemented to promote the recognition and appreciation of cultural diversity, including programs that support Indigenous literary production. As authors and activists, these women have developed a literary-pedagogical approach that emphasizes ancestry and the strengthening of identity among younger generations. Their literature spans a wide range of themes, styles, aesthetic experiences, and political perspectives derived from their social practices. Through this ethnic literature, Indigenous women are forging new pathways toward greater awareness and recognition of their peoples, their struggles, cultures, languages, territories, ancestries, and rights.

**Keywords:** Ancestry; Indigenous Women; Children's and Youth Literature

## Introdução

Ao abordarmos uma pedagogia indígena faz-se necessário refletirmos sobre a interculturalidade em suas múltiplas dimensões, bem como sobre as diversas formas pelas quais a literatura se manifesta entre os povos originários. Reconhecer a interculturalidade pressupõe considerar o bilinguismo, ou multilinguismo, as diferentes formas de usar a escrita, os processos próprios de ensino e aprendizagem e os saberes indígenas que se fundamentam na ancestralidade e na territorialidade.

Os direitos territoriais estão presentes na legislação brasileira, sendo a Constituição Federal de 1988 sua principal expressão. O Art. 231. reconhece aos povos indígenas sua identidade cultural e direitos reais: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (Brasil, 1988).

O § 1º do artigo 231 garante que “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.” (Brasil, 1988).

O direito aos territórios, à terra, e o direito à diferença são definidos enquanto direitos originários, sendo anteriores à criação do Estado Brasileiro. Esse princípio se fundamenta no reconhecimento de que, historicamente, conforme evidências arqueológicas, (Neves; Piló, 2008), os povos indígenas são originários de populações que viveram nesse território desde 12 mil anos atrás.

Além dos direitos territoriais, os povos originários, que somam atualmente mais de 1.6 milhão de pessoas organizadas em 305 etnias falantes de mais de 200 línguas indígenas conforme o último recenseamento (IBGE, 2023), possuem direitos culturais e linguísticos.

A Constituição de 1988 em seu Art. 210 garante que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” O § 2º determina que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” (Brasil, 1988).

A partir dessas garantias os povos originários conquistaram maiores espaços para dar visibilidade às suas pedagogias próprias com a diversidade de epistemologias que desenvolveram ao longo dos milhares de séculos que habitam nesse território.

A escrita alfabética começou a ser utilizada pelos povos indígenas no contexto da colonização, teve grande impacto no século XVIII como enfrentamento às políticas assimilacionistas e foi por eles apropriada em diferentes situações culturais, territoriais, de lutas e resistência (Neumann, 2005).

Ao falarmos especificamente da literatura indígena no Brasil buscamos demonstrar que ela é milenar, originária das narrativas tradicionais, e representa um conjunto de elementos que coloca em destaque as relações socioculturais, linguísticas e históricas dos diferentes povos indígenas. Evidencia as múltiplas formas de ser e viver dos povos indígenas, contribuindo para a construção de uma sociedade intercultural que eles vêm promovendo desde a invasão e usurpação de seus territórios.

Mais recentemente, desde meados dos anos de 1970, no âmbito dos grandes movimentos sociais indígenas na América Latina e Brasil (Faustino, 2011), os povos originários intensificaram suas articulações em associações indígenas, em defesa de seus territórios e direitos e produziram diferentes documentos escritos. Nesse contexto, as mulheres indígenas têm conquistado mais espaços em ambientes públicos e fazendo da literatura um dos caminhos escolhidos para expressar suas vozes.

A partir dos anos de 1990, no conjunto das políticas públicas de inclusão social, as mulheres originárias se inseriram, ativamente, na produção literária infantil e juvenil indígena apresentando, de forma escrita, obras narrativas, contos, mitos, poesias e histórias das ancestralidades de seus povos.

Além dos aspectos culturais, linguísticos e estéticos que destacam, as mulheres indígenas escritoras promovem diálogos sobre territórios, direitos humanos, novas epistemologias,

concepções de mundo e formas coletivas de ser e de viver, aspectos que compõem suas diferentes pedagogias.

As lutas unificadas dos povos favoreceram avanços e conquistas legais no enfrentamento ao colonialismo e à tutela do Estado colocando fim à política integracionista de governos militares que se instalaram na América Latina com apoio dos exploradores externos. Nos anos de 1970 mulheres originárias como Domitila Barrios de Chungará na Bolívia, Rigoberta Menchú na Guatemala e outras, abriram novos caminhos de participação usando a escrita e exigindo que suas vozes e a de diferentes povos indígenas fossem ouvidas, reconhecidas, respeitadas e valorizadas.

A partir da Constituição Brasileira de 1988 e de legislações posteriores, como a Portaria Secad n.º 13, que criou, em 2005, a Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena, a CAPEMA, houve investimento público para viabilizar produções escritas indígenas. Em 2024 essa comissão foi reeditada e ampliada por meio da portaria n.º 28, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) favorecendo políticas públicas voltadas à valorização dos conhecimentos dos povos indígenas com a implementação de programas e ações de incentivo à produção literária indígena.

Após mais de quinhentos anos de colonialismo, eurocentrismo, integracionismo e violências sofridas pelos povos originários, incentivos governamentais são imprescindíveis para fomentar a produção literária indígena. Há, ainda, empresas, editoras comerciais, que têm se interessado em publicar obras de autoras e autores indígenas. A Lei 11.645/2008, que alterou a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, tem estimulado o interesse de editoras.

A produção literária indígena contempla diversos temas, assuntos e estilos, enfatizando o papel e a importância de mulheres autoras e ativistas originárias, que lutam, junto com seus povos, pelo reconhecimento e fortalecimento das identidades étnicas e dos direitos inalienáveis pelas terras, línguas e culturas. Essas ações evidenciam diferentes textos, leitores e outras concepções diversas da leitura, com projetos linguísticos, estéticos, epistêmicos e políticos que foram, por séculos, negados, mas que se conquistaram espaço e avançam, desafiando as literaturas nacionais predominantes.

No Brasil, foi a partir do final dos anos de 1970 que as mulheres originárias começaram a publicar livros literários com relatos de suas vivências e experiências. Eliane Potiguara, foi uma das primeiras mulheres Indígenas a realizar uma publicação, expondo a diversidade cultural e as tradições, e a violência empregada contra os povos originários do Brasil.

Esse texto apresenta e discute algumas das publicações de mulheres indígenas e aborda a relevância dessa produção para a divulgação das pedagogias interculturais indígenas e formação literária de crianças e jovens no Brasil.

A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica e documental com estudo teórico e análise de obras literárias produzidas por mulheres indígenas. Essa abordagem proporcionou a compreensão das articulações entre literatura, educação, representatividade e identidade feminina indígena, permitindo uma leitura crítica alinhada aos objetivos da metodologia decolonial.

Dessa forma, os estudos de Quijano (2005) contribuem para a fundamentação dos estudos sobre a temática e a compreensão sobre a relevância de se promoverem práticas educativas escolares que considerem a literatura infantil e juvenil produzida por mulheres indígenas, visando ampliar o conhecimento e o reconhecimento sobre a diversidade cultural brasileira.

## **Aspectos históricos das organizações indígenas, as pedagogias ancestrais e a interculturalidade**

Com as selvagerias praticadas pelos europeus na invasão, roubo das terras, ocupação dos territórios, exploração do ambiente natural, etnocídio, epistemicídio, inserção de doenças infecciosas e escravização indígena, milhões de pessoas indígenas pereceram. Os povos originários enfrentaram os massacres, a dizimação, a expropriação e a colonização a partir de suas formas de compreender e lidar com o mundo, a partir de suas culturas e regras. Com esses princípios, se reorganizaram e demandam do Estado brasileiro seus direitos territoriais ancestrais e educacionais.

Os povos originários seguem afirmando que “Nós, enquanto populações indígenas, estamos lutando dizendo que a natureza é a nossa vida, nossa única sobrevivência de vida.” (Apinajé, 2017, p.76).

Assim, buscaram diferentes formas de organização para resistir às novas invasões de suas terras e destruição ambiental causada pelos colonizadores e, mais recentemente, pelos projetos desenvolvimentistas do governo militar que visava ocupar os territórios indígenas. Para enfrentar planos militares de assimilação e destruição, iniciaram, desde o final dos anos de 1960, uma nova articulação por meio da criação de associações, sendo a primeira delas a OPAN – Operação Amazônia Nativa que, na área da educação, a partir dos anos de 1980, promoveu encontros entre educadores indígenas

Desde os anos de 1970 e no decorrer de toda a década de 1980, o Brasil foi marcado por grandes movimentos sociais indígenas coletivos, nos quais se juntaram diferentes povos organizados por suas lideranças políticas e religiosas que receberam apoio de variadas organizações sociais envolvidas nas lutas contra a ditadura imposta pelos militares.

Nos movimentos sociais desse período foram elaborados planejamentos de ações e foram pautadas as demandas para a negociação com o poder público. As principais reivindicações foram a garantia da demarcação dos territórios indígenas, acesso à saúde, educação nos diferentes níveis e etapas e modalidades, saneamento básico, valorização das línguas e das culturas indígenas.

Em 1972, durante a ditadura militar, com o intuito de apoiar as lutas e os direitos indígenas foi criado o Conselho Indigenista Missionário – CIMI que promoveu as primeiras articulações em conjunto com outras organizações civis e a igreja católica, reforçando as lutas para garantir o direito à diversidade etnocultural, abrindo caminhos para ampliar o protagonismo indígena e apoiando um diálogo intercultural, com direitos igualitários e democráticos e denunciando as estruturas de dominação e violência que vinham sendo praticadas contra os povos originários.

Nesse novo contexto de lutas – décadas de 1970/1980 – os indígenas, juntamente com outros segmentos dos movimentos sociais, ocupam espaços na assembleia constituinte e conseguem a garantia dos direitos fundamentais, sendo muito importante o direito à cidadania que lhes permite romper com a tutela que lhes foi imposta e buscar a autonomia e autogestão de seus territórios, positivados na Constituição Federal de 1988.

No mesmo período, na América Latina, mulheres como Domitila Barrios de Chungara na Bolívia e Rigoberta Menchú Tum, na Guatemala, não apenas foram precursoras de grandes movimentos indígenas, mas, com seus enfrentamentos e escritas atuaram nas lutas com seus povos, contribuindo para expandir fronteiras e se fazerem ouvir em instâncias públicas.

Ter acesso à linguagem escrita, para as mulheres indígenas nunca foi uma situação fácil. A expropriação e a exclusão a que foram submetidas essas populações lhes impuseram inúmeras barreiras. O relato de Rigoberta Menchú Tum, ao pensar sobre a exclusão desde que era criança, mostra um pouco dessa realidade.

Yo deseaba un día poder leer o escribir o hablar el castellano. Eso le decía a mi papá, yo quiero aprender a leer. Tal vez cuando lee, sea diferente. Entonces mi papá me decía, ¿quién te va a enseñar? Tienes que aprenderlo por tus medios, porque yo no los tengo. No conozco colegios, tampoco te podría dar dinero para un colegio (Burgos, 2011, p.115).

Atualmente, em decorrência das lutas e demandas dos povos originários, há políticas públicas de inclusão que garantem o direito à todas as crianças indígenas de terem acesso à escola. No Brasil, na atualidade, essa legislação é vasta e composta por documentos elaborados a partir da Constituição Federal de 1988. Com o Decreto Presidencial n.º 26 de 1991 o Ministério da Educação passou a produzir documentos como a Portaria Interministerial (MJ e MEC) nº 559 de 1991 e as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, de 1993. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 em seus artigos: 26, 32, 78 e 79 reafirmou os princípios constitucionais.

Os indígenas participaram e contribuíram com a formulação do Referencial Curricular

Nacional para as Escolas Indígenas de 1998, o RCNEI e outras produções fundamentais para a construção de escolas interculturais e dos currículos bilíngues.

Esses documentos foram seguidos do Parecer 14/99 - Conselho Nacional de Educação - 14 de setembro de 1999; da Resolução 03/99 - Conselho Nacional de Educação - 10 de novembro de 1999; do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 - 9 de janeiro de 2001): Capítulo sobre Educação Escolar Indígena; de Referenciais para a formação de Professores Indígenas de 2001; do Decreto Presidencial 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT; do Decreto Presidencial 6.861 de 2009; Lei nº 12.416/2011 que altera o artigo 79 da LDB para a inserção dos indígenas no ensino superior; das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, de 2013; da Portaria nº 1.062, de 30/10/2013: instituiu o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – PNTEE e inúmeras outras legislações.

Mesmo com toda a recente legislação, é necessário que espaços de escuta indígenas sobre interculturalidade existam. “Na nossa concepção, Panhĩ é a escola que deve acompanhar as comunidades, povo ou aldeia em suas práticas cotidianas. É o conhecimento indígena que deve prevalecer e não a ordem ou a palavra do outro.” (Apinajé, 2017, p.79).

Cada um dos 305 povos indígenas expressa suas concepções de pedagogia e interculturalidade a partir de sua ancestralidade e de sua organização nos diferentes períodos e contextos históricos.

A pedagogia Mehi eu entendo que ensina o jovem pelo nome e pela pintura do seu partido e da natureza, quando a criança aprende de pequeninho a saber qual é seu grupo, que ajuda carregar a tora, porque o Mehi tem esse seu conhecimento, então, nós Mehi, nós temos uma pedagogia. Porque toda pedagogia do cupê [não-índio] busca dominar a escola indígena e a aldeia. Devemos preparar os alunos para buscar onde as frutas estão, qual o local onde eles podem buscar essas frutas. É isso que eu entendo, que os homens também têm que ensinar, preparar os alunos para não ficarem dependendo do cupê, só esperando a comida da cidade, tem que procurar como antigamente, tem que fazer a caça, caçada e produzir seu próprio alimento. É isso que eu entendo por pedagogia. (Põcuhtô *et al.* 2017, p. 303)

Para serem ouvidos, reconhecidos e terem seus direitos garantidos, os movimentos indígenas se manifestam de diferentes formas desde a realização de grandes assembleias, a organização de protestos e marchas, a criação de fóruns e institutos e outras ações, possibilitaram essas conquistas legais no Brasil e em diferentes países da assim chamada Abya-Yala.

Assim como Rigoberta Menchú Tum, Domitila Barrios de Chungara (1937-2012) foi uma importante ativista boliviana, conhecida por suas lutas em favor dos direitos das mulheres, dos trabalhadores e dos povos indígenas. Pertencente a uma família que trabalhava nas minas em Potosí, viveu uma infância de pobreza, privações e difíceis condições de trabalho nas minas. Sobre a exploração do trabalho indígena na extração de prata em Potosi que enriqueceu os colonizadores, estudos historiográficos atestam que durante séculos as minas de prata dependeram, predominantemente, da força de trabalho indígena (Zagalsky, 2014).

Vivenciando a exploração, pobreza, violências e exclusão, Domitila preocupou-se com as condições sociais à sua volta. Conseguiu frequentar a escola por um período. Ingressou nas lutas sociais e se tornou uma mulher de destaque no enfrentamento e combate à exploração dos trabalhadores mineiros e à opressão de governos militares bolivianos.

Domitila se destacou como liderança no *Comitê de Donas de Casa*, grupo formado por mulheres de trabalhadores mineiros, que organizaram lutas por melhores condições de trabalho para seus companheiros que eram explorados. Domitila organizou uma greve de fome por mais de uma semana em prol da libertação de mais de cem trabalhadores mineiros que estavam presos por lutarem por direitos trabalhistas.

Com essa ação, sua atuação ganhou projeção internacional, despertando a atenção de organismos internacionais para a situação política e social dos trabalhadores na Bolívia. Esse protagonismo impulsionou Domitila à vida política, onde passou a desempenhar um papel de destaque nas lutas pelos direitos das mulheres indígenas e trabalhadoras.

Sua consciência, militância, lutas, voz e escritos foram fundamentais para a resistência e mobilização de outras mulheres em diferentes países da região. Domitila participou da Tribuna organizada pelas Nações Unidas no ano de 1975, ano internacional da mulher, realizada no México. Fez uma exposição impactante e relatou a situação da exploração e exclusão.

A obra “Se me Permiten Hablar...”, conhecida internacionalmente, é uma autobiografia em que Domitila narra as inúmeras dificuldades e privações de sua vida desde a infância e sua experiência como mulher, trabalhadora e ativista, denunciando injustiças sociais e repressões sofridas pelo seu povo. A obra é uma referência à resistência feminina e aos movimentos indígenas na América Latina e abriu caminho encorajando outras mulheres indígenas a usar a escrita como mais uma das formas de resistência.

Também foi uma grande ativista, assim como Rigoberta Menchú Tum, mulher guatemalteca, conhecida internacionalmente por suas lutas em defesa dos direitos humanos, especialmente dos povos indígenas na Guatemala e na América Latina. Desde sua infância, Menchú vivenciou a opressão em meio aos conflitos guatemaltecos, abusos e a exploração por parte de fazendeiros, tendo vivenciado perseguições em decorrência das lutas e resistência travadas no âmbito do governo militar do país.

Nos anos de 1980, após a morte violenta de seu pai, Menchú intensificou seu ativismo denunciando a repressão e as atrocidades cometidas contra os povos indígenas pelo exército guatemalteco. Tendo se refugiado no México, em 1983, publicou seu livro “Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia”, que adquiriu reconhecimento mundial ao expor a exploração, violência e genocídio. Em 1992, foi premiada com o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher indígena a receber essa honraria, ampliando a visibilidade e o reconhecimento das lutas dos povos originários e o acesso às políticas públicas de inclusão social.

## **Vozes, organizações e produção literária das mulheres originárias**

As obras autobiográficas dessas duas mulheres precursoras, por meio do gênero narrativo, têm contribuído tanto para estudos acadêmicos como para a formação da consciência de jovens estudantes indígenas. Para Costa (1993, p. 306), “No Terceiro Mundo, os textos autobiográficos escritos por mulheres se tornaram parte integrante da batalha intelectual, ideológica, política e até mesmo armada que a população oprimida e silenciada trava contra as forças de Estado repressoras e grupos hegemônicos.”

É notório que os relatos feministas presentes nessas obras contribuem para o enfrentamento ao sistema de opressão patronal e patriarcal que perdura por séculos na região. As denúncias e os relatos nos livros são registros dos combates enfrentados pelas mulheres indígenas, junto aos seus povos, que vem desde a colonização. Segundo Lugones (2014, p. 28), “Para as mulheres, a colonização foi um processo dual de inferiorização racial e subordinação de gênero”. A violência sobre os corpos dos indígenas, faz com que as autobiografias se tornem obras de denúncia e gritos de resistência ao sistema capitalista genocida.

Na década de 1980, no Brasil, emergiram duas importantes organizações brasileiras para atender e tratar de questões que envolvem as mulheres indígenas feministas brasileiras a favor das lutas de seu povo: Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracá, Rio Uaupés e Tiguié (Amitrut). Ademais outras associações foram estabelecidas posteriormente. As mulheres originárias se organizaram de forma expressiva nos movimentos indígenas para lutar de forma coletiva pelos seus direitos à demarcação de terras, proteção cultural e ambiental e muitas passaram a escrever sobre esses temas.

Durante o período, os movimentos indígenas atuaram com muita intensidade, trazendo mais visibilidade e autonomia aos povos originários. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu aos povos originários os territórios tradicionais e o usufruto exclusivo

de suas riquezas naturais (art. 231 e art. 232) e a diversidade étnica e cultura, costumes, línguas e tradições, rompendo a tutela que não considerava os indígenas como cidadãos brasileiros.

Com maior autonomia, os povos indígenas começaram a registrar suas histórias, mitos e cosmologias, criando uma literatura que reflete suas epistemologias, experiências e resistências. O momento de intensas lutas favoreceu a criação de políticas públicas de incentivo à educação escolar e às culturas indígenas, o que ampliou o acesso à educação para os povos indígenas e fortaleceu a produção literária indígena.

A literatura produzida pelos indígenas, de forma geral, são, em sua maioria, textos escritos e ilustrados a partir de narrativas orais dos diferentes povos. Escritoras e escritores são estimulados pelas suas histórias e conhecimentos ancestrais.

Para entender as pedagogias impressas nessas obras é necessário saber que cada etnia tem sua própria cultura.

O antropólogo Gersem Baniwa explicita aspectos da cultura do povo Baniwa ao afirmar que

[...] de acordo com a cosmologia Baniwa, o mundo é constituído por constantes e permanentes guerras entre as forças da natureza, realidade que demanda a necessidade de uma cultura cosmopolítica para o equilíbrio da vida. As relações intracósmicas se sucedem de forma permanente e orientadas por princípios e regras primordiais, tais como reciprocidade, solidariedade, respeito, evitações, dádivas, regras alimentares, hábitos pessoais e coletivas de convivência cósmica, horários e contextos de banhos, formas de preparação, tipos e formas de alimentos –assados, cozidos, boiados ou transbordados, quentes, frios, requentados, feitos na hora, com sal, sem sal, com ou sem pimenta, pouca ou nenhuma gordura, dentre outras. Não se trata de sabor ao gosto, mas de regras condicionantes. O desrespeito e a desobediência a essas regras provocam reações hostis das partes afetadas, por meio de desgraças como doenças, escassez de coisas e recursos, desastres, tragédias e mortes. Este protocolo de convivência forma um conjunto de regras para possibilitar vida sustentável no mundo. (Baniwa, 2021, p.9)

Advém dessas diferentes culturas e criações indígenas, o conteúdo das literaturas escritas pelas mulheres originárias.

Em 1989, Eliane Potiguara, mulher indígena, escritora, professora e ativista tornou-se uma referência na literatura indígena publicando seu primeiro livro intitulado *“A terra é a Mãe do Índio”*, rompendo barreiras e trazendo à tona questões relevantes do pensamento indígena para a sociedade em geral. A obra expõe a cultura, o cotidiano e as tradições de seu povo e também faz denúncias sobre a violência empregada contra os povos originários no Brasil. (Mulheres da Luta, 2022).

Eliane Potiguara foi uma precursora na literatura indígena no Brasil, abriu caminhos para uma nova geração de escritores e escritoras indígenas, que encontram nela um exemplo de resistência e sabedoria.

Em 1994, Eliane publicou a cartilha *“Akajutibiró, Terra do Índio Potiguara”* para alfabetização de jovens, adultos e crianças. Anos depois, misturando prosa e poesia, publica o segundo livro *“Metade Cara, Metade Máscara”* de 2004, onde relata suas experiências e reflexões, além dos desafios sofridos por sua identidade e opressão machista de uma sociedade patriarcal.

Eliane também dedicou a sua carreira à literatura Infantil e Juvenil, destacando a importância de levar o conhecimento e a cultura indígena às novas gerações. O livro *“O Pássaro Encantado”* conta a história de crianças brincando no meio da mata, quando são interrompidas pelo exótico canto de um pássaro, logo após surge a sábia avó que conta a história do pássaro. A história do livro

“O Coco que Guardava a Noite”, faz parte de uma lenda Karajá.  
A partir dessas primeiras obras, muitas outras foram sendo publicadas.

**Figura 1.** Livros Infanto Juvenil de Autoras Indígenas



Antes dessas publicações, as histórias e ensinamentos dos povos indígenas eram realizados basicamente por meio das práticas sociais e da oralidade com histórias repassadas pelos mais velhos, sábias sábios ancestrais de cada povo.

Com as políticas públicas baseadas nas legislações atuais e com programas de incentivo, os registros desses conhecimentos, histórias e tradições, estão sendo apresentados, também, de forma escrita em livros e materiais didáticos para que as gerações e a sociedade de forma geral, tenham a oportunidade de conhecer as tradições e a interculturalidade indígena.

[...] é um lugar de sobrevivência, uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones. (Graúna, 2013, p. 15).

No final dos anos de 1990, muitas mulheres originárias se inseriram na produção literária infantil e juvenil indígena, e cada vez mais vem conquistando maiores espaços com suas narrativas. A literatura infantil e juvenil indígena tem um papel crucial para a construção de uma educação antirracista e para a valorização das culturas, ancestralidade e cosmovisões indígenas.

As histórias narradas com seus diferentes estilos trazem elementos característicos e específicos dos seus costumes, suas línguas, lutas e vivências em meio aos espaços públicos, à natureza, os seres míticos, as tradições, a valorização, o respeito à diversidade e a ancestralidade.

A literatura é uma linguagem específica que, como toda a linguagem, expressa uma determinada experiência humana, e dificilmente poderá ser definida com exatidão. Cada época compreendeu e produziu literatura a seu modo. Conhecer esse “modo” é, sem dúvida, conhecer a singularidade de cada momento da longa marcha da humanidade em sua constante evolução. (Coelho, 2000, p.27).

As literaturas indígenas infantil e juvenil produzidas pelas mulheres originárias trazem para o centro da narrativa saberes ancestrais, cosmologias, línguas e histórias que são passadas de geração em geração, contribuindo para a construção da sua identidade cultural.

A importância dessa literatura para os jovens indígenas é profunda e propicia maior contato com histórias e personagens que refletem suas próprias realidades, aumentando o protagonismo e empoderamento. Esses jovens, que muitas vezes vivem em um contexto de pressão para se adaptar à sociedade não indígena, recebem, por meio dessa literatura, a afirmação de que suas culturas e tradições são valiosas e dignas de orgulho.

[...] E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Quijano, 2005. p. 117)

Essa literatura desempenha um importante papel de resistência contra a colonização cultural. Em uma sociedade onde as narrativas dominantes são impostas e as representações dos povos indígenas são estereotipadas ou superficiais, essas obras possibilitam que os jovens indígenas cresçam com uma perspectiva mais ampla e uma identidade indígena mais fortalecida, que valoriza o conhecimento tradicional e oferece alternativas ao modelo ocidental de educação e representação.

Ao se verem representados de forma escrita nos livros, os jovens indígenas têm mais esse elemento que contribui com o fortalecimento de suas identidades, suas ancestralidades, e sua capacidade de luta pelos territórios e perpetuação de suas línguas maternas e suas tradições.

## Considerações Finais

Uma pequeníssima parte das centenas de pedagogias indígenas, dos conhecimentos ancorados na ancestralidade praticados, ensinados e presentes na oralidade dos povos originários têm chegado pela literatura escrita pelos povos originários. A produção literária das mulheres indígenas, pelos séculos de exclusão, tem sido divulgada bem mais recentemente e está repleta de ensinamentos por meio dos quais podemos compreender as diferentes formas de pensar, entender e viver nesse mundo.

As políticas públicas, e mais recentemente a Portaria nº 28, de 12 de abril de 2024, representam um marco fundamental para a valorização e preservação dos conhecimentos, pedagogias e culturas indígenas no Brasil. Ela estabelece diretrizes para a criação de materiais didáticos e literários, valorizando as línguas, a oralidade, o bilinguismo intercultural, os conhecimentos específicos e valores tradicionais de cada um dos povos originários, assegurando que os materiais sejam produzidos por pesquisadores, professores e escritores indígenas. A lei busca, assim, combater a desvalorização e invisibilização histórica que essas culturas enfrentaram, além de promover uma educação mais inclusiva e representativa.

Desse modo, o CAPEMA apoia as produções literárias, como também atua na criação de um espaço de transformação social cultural. A voz das mulheres originárias na literatura, a contribuem para a construção de um imaginário nacional mais inclusivo, onde o papel delas são reconhecidos e fortalecidos, e suas histórias são contadas em suas próprias palavras.

As produções indígenas têm descoberto caminhos favoráveis para as suas publicações, abrangendo editoras comerciais, programas institucionais e iniciativas não-governamentais, todas essenciais para oferecer maior visibilidade a suas vozes. Com esse espaço, as narrativas alcançam um público mais amplo em redes literárias nacionais e internacionais. Autoras como Eliane Potiguara e

Graça Graúna possuem obras publicadas por editoras comerciais, conquistando o mercado editorial e visibilidade da literatura indígena em âmbito nacional e global.

Por outro lado, muitas produções literárias indígenas, especialmente as de mulheres, também são produzidas e apoiadas por meio de programas governamentais e não-governamentais. O *Capema* e os *Saberes Indígenas nas Escolas*, são programas de incentivo a produções de literaturas e materiais didáticos que é realizado de forma coletiva por pesquisadores e professores indígenas.

As instituições não governamentais também apoiam essas produções, como por exemplo o livro *“Guerreiras da Ancestralidade”*, que contém relatos de mais de 80 mulheres, foi produzido e organizado pela associação *Mulherio das Letras Indígenas*, que apoia e oferece suporte a essas escritoras. Esses programas oferecem não só financiamento, mas também suporte técnico, formação e redes de distribuição, possibilitando que autoras indígenas publiquem suas obras com independência e fidelidade a suas identidades, linguagens e direito à terra.

Essas iniciativas não-governamentais atuam como formas alternativas, permitindo que as autoras indígenas mantenham maior controle sobre suas obras, incluindo o uso da língua nativa, e que abordem temas que seriam desafiadores para o mercado editorial convencional. A autonomia proporcionada por essas iniciativas são fundamentais para que elas retratem com autenticidade suas vivências, sem a necessidade de adaptações que possam distorcer o conteúdo ou diluir suas mensagens. A literatura indígena incorpora as múltiplas vozes e experiências coletivas.

Domitila Barrios de Chungara, Rigoberta Menchú Tum, Domitila Ribotta foram as escritoras precursoras dos movimentos indígenas com suas atuações políticas e literárias, tornando-se vozes expressivas nas lutas pelos direitos dos povos originários de seus países. No Brasil, Eliane Potiguara, por sua vez, é uma das pioneiras na literatura indígena brasileira.

Sua obra literária e ativismo abordam temas de identidade, resistência e a luta pela preservação cultural, utilizando a palavra como ferramenta de denúncia e transformação. Assim, essas mulheres contribuem para a criação de espaços onde a voz indígena feminina se fortalece e se torna um instrumento de resistência e educação, influenciando não apenas jovens indígenas, mas também leitores de diferentes origens, ao promoverem uma literatura desafia estereótipos e desperta a consciência sobre as lutas e saberes dos povos originários.

Nesse sentido, as produções literárias valorizam o protagonismo feminino, historicamente invisibilizadas, promovendo uma literatura que expressa perspectivas ancoradas na interseção entre identidades étnicas e de gênero, espiritualidade, questões sociais e os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas em uma sociedade marcada pelo patriarcado e pelo colonialismo.

## Referências

APINAJÉ, Júlio Kamêr R. Processo de educação intercultural: possíveis reflexões. In: LANDA, M. Báez; HERBETTA, A. F. (org.). **Educação indígena e interculturalidade**: um debate epistemológico e político. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária. 2017

BANIWA, Gersem. A pedagogia da resiliência indígena em tempos de pandemia. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 30, n. jan/dez, p. 1–17, 2021. DOI: 10.29286/rep.v30ijan/dez.12919. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12919>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) . Acesso em: 18 de outubro de 2024.

BRASIL. Disponível em: **PORTARIA Nº 28, DE 12 DE ABRIL DE 2024 - PORTARIA Nº 28, DE 12 DE ABRIL DE 2024** - DOU - Imprensa Nacional Acesso em: 18 de outubro de 2024.

BURGOS, E. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. 20. reimp. Cidade do México: Siglo XXI, 2011

CIMI, **Conselho Indigenista Missionário**, 2024 Disponível em: <https://cimi.org.br> Acessado em: 25 de outubro de 2024.

COSTA, Claudia de Lima. Rigoberta Menchú, a história de um depoimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 306, jan. 1993. ISSN 1806-9584. Disponível em: . Acesso em: 01 jul. 2017.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura**: arte, conhecimento e vida. São Paulo: Ática, 2000.

ENCHÚ, R.; BURGOS, E. **Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Escritoras indígenas lutam por valorização. **Nações Unidas do Brasil**. 03.11.2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/204677-escritoras-ind%C3%ADgenas-lutam-por-valoriza%C3%A7%C3%A3o> Acessado em: 26 de outubro de 2024

FAUSTINO, R.C. Movimentos sociais, questão indígena e educação no contexto da diversidade cultural. **Revista Contrapontos**. v. 11 - n. 3 - p. 323-335 / set-dez 2011

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 jun. 2025.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Hacia un feminismo descolonial. Género y descolonialidad. Ediciones del signo, Buenos Aires, 2008. Disponível: [http://www.lrmcdii.org/wpcontent/uploads/2015/05/Genero\\_y\\_Descolonialidad.pdf](http://www.lrmcdii.org/wpcontent/uploads/2015/05/Genero_y_Descolonialidad.pdf). Acesso em 31/03/2017.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia**: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

NEUMANN, Eduardo Santos. Escrita e memória indígena nas reduções guaranis: século XVIII. **Revista MétiS – História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 45–64, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173335/000645762.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 jun. 2025

PÕCUHTÔ, T. *et al.* Pedagogias em movimento: Rumos Mehi para a educação escolar Krahô. In: LANDA, M. B.; HERBETTA, A. F. (orgs.). **Educação indígena e interculturalidade**: um debate epistemológico e político. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017. p. 295-315

POTIGUARA, Eliane. **Literatura Indígena**: um Pensamento Brasileiro <https://www.elianepotiguara.org.br>/<https://www.mulheresdeluta.com.br/a-historia-e-as-historias-de-eliane-potiguara/>

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 227-278.

VIEZZER, Moema. **‘Si me permiten hablar...’ Testimonio de Domitila. Una mujer de las minas de Bolivia** (México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1977)

ZAGALSKY, Paula Cecilia. Trabalhadores indígenas mineiros no Cerro Rico de Potosí: perseguindo os rastros de suas práticas laborais (séculos XVI e XVII). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 55–82, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>. Acesso em: 9 jun. 2025.

Recebido em 10 de novembro 2024  
Aceito em 30 de janeiro de 2025